

Introdução ao Dossiê

Ao escolher o tema "**Documentos cartográficos, de engenharia e arquitetura: desafios do tratamento arquivístico**" para esta edição de número 15 da Revista do Arquivo, chamamos a atenção para a necessidade da discussão sobre esses documentos de arquivo, considerados documentos técnicos, que carecem de estudos e diálogo na área da arquivística no âmbito da gestão, preservação e acesso. O tema sempre foi considerado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, mas nos últimos anos a instituição foi desafiada pelo volume exorbitante de recolhimentos de conjuntos documentais de órgãos que foram extintos pela Administração Pública do Estado de São Paulo. O impacto dos recolhimentos fez repensar a ocupação da área de acervo existente, o armazenamento, a confecção de acondicionamento para grandes formatos, os meios de transmissão de documentos digitais e digitalizados e a modelagem de dados.

Parte dos desafios de organização das instituições arquivísticas públicas e de instituições de acervos privados, no que se refere ao armazenamento de documentos de arquitetura, cartografia e engenharia estão relacionadas às características físicas e grandes formatos. Estes aspectos podem promover a dissociação dos documentos e contribuir para a perda do vínculo arquivístico, a organicidade (relação orgânica dos documentos), em virtude de decisões envolvendo o trâmite administrativo ou mesmo o armazenamento no setor de arquivo. As atividades para edificação ou objeto construído dependem de outros setores para sua efetivação, por exemplo, liberação de licenças ambientais e desapropriação de áreas ocupadas, passando também pelas áreas jurídicas, financeiras e técnica (normalmente, nomeada como Engenharia), o que pode potencializar o risco de dissociação destes documentos e a produção de cópias.

Quando estes documentos são recolhidos ao Arquivo e as informações basilares para organização arquivística não podem ser reconhecidas, temos que realizar a identificação arquivística, resultando no estudo do órgão produtor para compreensão do contexto de produção dos documentos de arquivo, produzidos e acumulados, provenientes do planejamento urbana e ocupação territorial

Os documentos de arquivo de arquitetura, cartografia e engenharia são decorrentes das atividades do órgão ou entidade; utilizam a representação gráfica do espaço ou da obra, resultado de atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas e planejamento dos espaços públicos e privados; possuem uma linguagem e técnica expressas em seu conteúdo informacional; contam também, com ferramentas tecnológicas para sua produção. Dessa forma, estes documentos são híbridos e tramitam acompanhando os processos e os projetos da obra, produzindo também documentos audiovisuais, textuais e iconográficos, o que tensiona a discussão sobre a produção de documentos digitais e o uso de *softwares*, sistemas e formatos proprietários, bem como a guarda de longo prazo e a guarda permanente. Essas questões se somam à discussão sobre a definição de espécie e tipo documental a partir dos elementos intrínsecos no documento, e sobre como devem ser inseridos nos instrumentos de gestão documental (plano de classificação de documentos e tabela de temporalidade de documentos) da atividade-meio e atividade-fim.

Destaca-se também como uma preocupação, o atendimento ao consultante/pesquisador, considerado um serviço de referência em arquivo, onde o objetivo principal é fornecer a informação ou documento aos usuários, tendo como premissa o acesso à informação. Porém, refletindo sobre as transformações sociais, os conflitos e disputas territoriais e a regularização fundiária, entende-se que é importante perceber esses documentos como portadores de informações sensíveis, carecendo de aprofundamento no que diz respeito às condições de acesso ou acesso parcial ao documento.

Neste contexto de desafios e adversidades, conclui-se sobre a necessidade de compreensão e ampliação da discussão sobre a organização arquivística destes documentos de arquivo, considerados especializados.

Entende-se também que é indispensável seguir os preceitos teórico-metodológicos da Arquivística, fundamentados em seu corpus teórico, e manter a correlação com outros domínios de conhecimento, a fim de atingir o êxito de salvaguarda do patrimônio documental e a recuperação da informação de maneira a garantir o acesso.

Essa documentação especializada, decorrente de funções e atividades desempenhadas no âmbito da arquitetura e da engenharia, é composta por documentos que utilizam diversos sistemas de signos na comunicação do seu conteúdo, mas são os desenhos que melhor caracterizam esses conjuntos. Eles têm requerido a atenção dos conservadores, que precisam lidar com a diversidade de suportes, de formatos, de dimensionamento e de técnicas de registro da informação; têm motivado debates entre os arquivistas, que buscam compreender o seu contexto de produção e a linguagem específica e normatizada que define espécies e tipos documentais, e, também, têm despertado o interesse de pesquisadores e de profissionais da construção civil, que utilizam esses registros como fonte de informação para produções historiográficas e intervenções no patrimônio edificado.

Em todas as etapas do tratamento arquivístico, seja da massa documental acumulada em arquivos públicos, seja dos conjuntos salvaguardados em arquivos privados, o consenso entre técnicos e utilizadores é pela relevância de uma abordagem multidisciplinar, que considere o valor probatório desses documentos e que também permita que o acesso às fontes contribua para ampliar as possibilidades de sua utilização para outras finalidades.

E, neste sentido, esse dossiê temático atingiu o seu objetivo de promover a reflexão crítica dos especialistas de diversas áreas, em abordagem ampliada e multidisciplinar, tratando de assuntos relacionados a essa documentação, compartilhando experiências sobre os desafios da gestão arquivística e as possibilidades de uso desses documentos que integram fundos e coleções salvaguardados nas diversas instituições de custódia, públicas e privadas.

A Revista do Arquivo, edição 15

O procedimento de controle da atividade de obras e edificações, que viabiliza a produção da arquitetura e da engenharia, deu origem aos acervos que são apresentados nessa edição nº 15 da Revista do Arquivo, publicação *online* do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que tem como tema “Documentos cartográficos, de engenharia e arquitetura: desafios do tratamento arquivístico”. Neste dossiê, registra-se a transição da Revista do Arquivo, tendo como intuito a mudança no formato e a melhoria da comunicação com o público, mantendo a qualidade e buscando fomentar o diálogo sobre os arquivos, a contribuição para a Arquivística e o fortalecimento da relação com áreas corretas e afins.

Para atingir esse objetivo principal, na chamada de artigos foram lançados sete desafios, que determinaram a ordem de apresentação dos textos que compõem essa edição temática.

O **primeiro desafio** está relacionado à compreensão do contexto de produção dos documentos, com a identificação das entidades produtoras e acumuladoras, da legislação que regula sua função e atividade, e das diversas fontes relacionadas aos documentos de arquivo. O artigo de Maurício Correa Porfírio, Renato da Gama-Rosa Costa e Paulo Roberto Elian dos Santos- **“O acervo de arquitetura e engenharia do arquivo da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro: fontes para a história da saúde pública e da assistência médica previdenciária no Brasil”**- apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa que pretende analisar documentos de arquitetura vinculados ao campo da previdência e da saúde pública, sob a guarda do Ministério da Saúde. A abordagem arquivística dos autores intenciona revelar o contexto institucional de produção e o potencial dessa documentação especial como fonte para a historiografia da

saúde e da arquitetura hospitalar no Brasil. Para compreender a proveniência dos documentos que abrangem o extenso período, da década de 1930 até os anos 2000, foi feito minucioso levantamento da legislação que definiu a criação e a extinção dos órgãos da administração pública, o que permitiu a identificação da estrutura, das funções e das atividades de cada órgão produtor. Os autores dedicaram-se a inventariar os 4.612 itens documentais, referentes aos projetos de construção, reforma e adaptação de 164 edificações de equipamentos da saúde, como hospitais e sanatórios, majoritariamente do estado do Rio de Janeiro, apresentando uma identificação preliminar de espécies e tipos documentais, considerando as informações registradas nos documentos.

O **segundo desafio** é referente à definição da política de constituição de acervo, com a exposição de critérios de aquisição e incorporação de fundos e coleções de documentos de arquitetura, em instituições públicas e privadas. Seguindo a tradição de acervos de arquitetura custodiados em universidades, no artigo **“Documentos cartográficos em processos de divisão e demarcação de terras do século XIX e XX – Fundo Fórum Benjamin Colucci/Arquivo Central – UFJF”**, Andréia de Freitas Rodrigues e Luiz Henrique Souza de Giacomo apresentam os resultados preliminares de um projeto piloto voltado aos documentos cartográficos de fundo arquivístico do Arquivo Central de Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Os autores apontam caminhos para o tratamento arquivístico desses documentos permanentes, do abrangente período entre 1832 e a década de 1970, constituído por processos cíveis recebidos pela Universidade após acordo com o Fórum local. Dessa documentação, destacam-se o volume de documentos – mais de 30 mil itens, sendo 308 processos da série “Divisão e Demarcação de Terras” – e a demanda por acesso, uma vez que eles são utilizados, tanto pelo seu valor probatório na comprovação de direitos fundiários em inventários e testamentos, quanto pelo seu valor informacional como fontes historiográficas. Constatam os desafios da descrição arquivística, que deve considerar a linguagem especializada da cartografia utilizada na elaboração de mapas e plantas, indicando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, com profissionais de diferentes áreas.

Na mesma linha de acervos universitários, no caso, de egresso e docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), na cidade de São Paulo/SP, está o relato de experiência de Anderson Gomes Santana e Thaty Tamara Baldini Galvão – **“Roberto Rossi Zuccolo: o resgate de um legado”** – tratando dos documentos do escritório do engenheiro calculista, especializado em grandes estruturas de concreto, que teve suas atividades encerradas na década de 1990. Os autores destacam que foi a demanda de consulta, em decorrência da instrução de processos licitatórios associados à manutenção de pontes e viadutos, que motivou o tratamento técnico do acervo privado que estava depositado na Instituição desde 1996. Apresentam plano de trabalho iniciado em 2020, em fase de execução junto ao Centro Histórico e Cultural Mackenzie (CHCM), centrado na identificação dos projetos e na sistematização e difusão das informações contidas no acervo composto por 1.463 caixas-arquivo. Relatam as opções metodológicas adotadas pela equipe multidisciplinar para a compreensão da linguagem técnica da engenharia, balizadora da construção de vocabulário controlado, da identificação de espécies e tipos documentais e da descrição arquivística. Descrevem os procedimentos iniciais de conservação e descrição de 18.896 documentos, que podem ser consultados em planilha Excel, cujo acesso informatizado consta de etapa posterior, que intenciona fomentar debates, pesquisas e ações de difusão cultural, dado o potencial informativo do acervo do arquiteto.

O **terceiro desafio** está associado à identificação da tipologia documental, com a definição de elementos utilizados nas diversas etapas da atividade de produção, as distintas fases de representação do processo criativo, os diferentes meios de expressão gráfica e os estágios do processo de representação e concepção do espaço, em diferentes escalas. O artigo de Livia Oliveira Job e Valéria Raquel Bertotti - **“A importância dos elementos ‘contexto de criação e atividades’ e ‘documentos conexos’ de análise tipológica na compreensão de projetos de engenharia rodoviária”** – traz uma reflexão sobre o acervo de cerca

de 730 metros lineares de documentos do arquivo da Superintendência de Estudos e Projetos (SEP) do Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Sul (DAER-RS). Afirmando os desafios enfrentados pelos arquivistas na compreensão do contexto de produção e da linguagem técnica utilizada na produção documental da engenharia rodoviária, as autoras compartilham suas iniciativas para o tratamento arquivístico desse acervo especializado, que contém documentos produzidos no âmbito das atividades ligadas à construção de estruturas, que incluem projetos de rodovias e de obras de arte especiais e correntes, concebidos em consonância com legislação e normativa específicas. Apresentam os estudos que confirmaram o seu valor probatório, que é estendido na sua utilização para outras finalidades; o seu caráter permanente, que impede a sua eliminação, mesmo que a obra a que se referem seja demolida, e as suas singularidades relacionadas à forma, formato e dimensão dos projetos, que são constituídos por documentos compostos, com diversidade de gêneros. Justificam a opção pelo método da tipologia documental na identificação dos documentos, considerando o seu contexto de produção e a função à qual respondem em cada uma das fases dos serviços de engenharia.

O **quarto desafio** proposto aborda os procedimentos para preservação dos acervos, com relatos das iniciativas para melhorar as condições dos suportes com ações de conservação preventiva e com operações de acondicionamento, armazenamento, reprodução e acesso aos documentos analógicos e digitais. O artigo de Caroline Macedo Moura dos Santos e de Ozana Hannesch- **“Termos e conceitos para classificação de processos de fotorreproduções: uma abordagem preliminar”** – apresenta parte dos resultados do Projeto de Terminologia para o Diagnóstico de Documentos Gráficos, desenvolvido no Laboratório de Conservação e Restauração de Papel do Museu de Astronomia e Ciências Afins (LAPEL-MAST), na cidade do Rio de Janeiro-RJ. As autoras destacam o método de análise das cópias, que foram produzidas por meio de diversos métodos fotoquímicos e fotomecânicos utilizados a partir do século XIX, e foram distribuídas aos grupos envolvidos com a execução do projeto, para viabilizar a produção da obra ou da edificação. A metodologia, em desenvolvimento e alicerçada em publicações e bases de dados de referência, parte da compreensão física do objeto e do seu estado de deterioração, e traz os elementos de análise dos documentos (técnica de impressão, suporte, outros elementos de observação e problemas de deterioração), que devem embasar o diagnóstico para a tomada de decisão mais adequada para os procedimentos de conservação desses registros que são, até mesmo, mais sensíveis que os originais. As autoras sugerem termos pré-estabelecidos para a caracterização das reproduções de documentos de arquitetura, com a definição ilustrada de nove técnicas distintas (anilina, *blueprint*, diazo, eletrostática, ferrogálica, fotostática, *pellet print*, *vandykes print* e *wash-off*), a fim de contribuir para a padronização da terminologia empregada pelos conservadores no diagnóstico e utilizada pelos arquivistas nos projetos descritivos.

O compartilhamento dos procedimentos para conservação de documentos de arquitetura é fundamental para se avançar no tratamento técnico dessa documentação que, muitas vezes, apresenta particularidades tão distintas que não se encontram registradas nas publicações de referência. As práticas adotadas nos laboratórios de conservação demonstram a capacidade técnica e a habilidade dos responsáveis e devem ser amplamente divulgadas, como está sendo feita por meio do relato de experiência de José Luiz Macedo de Faria Santos- **“Procedimentos no tratamento de mapas e plantas no Arquivo Nacional”**. O autor, que atua na Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos, da Divisão de Processamento Técnico de Documentos Iconográficos e Cartográficos, do Arquivo Nacional do Brasil (CODAC/DIDOC), apresenta os desafios resultantes dos grandes formatos e das práticas inadequadas de manuseio, acondicionamento e armazenamento desses acervos com características singulares. Cartográficos ou iconográficos, para o autor, essa é uma discussão secundária, pois ambos devem seguir as mesmas regras de descrição e, pelas características físicas dos suportes, devem estar armazenados no mesmo tipo de mobiliário, em idênticas condições ambientais, que ele apresenta. O importante, em sua opinião, é a atenção dada à linguagem técnica

utilizada na produção documental, que deve referenciar os projetos descritivos, para além dos campos definidos pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). São apresentadas e estão ilustradas soluções inovadoras de planificação e de acondicionamento de documentos de grandes formatos, enrolados em tubos ou dobrados, suavemente, e dispostos em gavetas de mapotecas, num compartilhamento generoso de quem conhece a rotina de um acervo que dispõe de mais de 16 mil títulos, superando 50 mil itens documentais.

O **quinto desafio** trata da apresentação da política de acesso aos acervos, considerando direitos autorais e disponibilização e restrição da informação pública e de interesse social. O acesso possibilita, entre outras funções, a produção de conhecimento sobre diferentes aspectos da conformação histórica da sociedade. Thiago Santos Mathias da Fonseca, por meio do acesso aos documentos custodiados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional, elucida em seu artigo – **“Um projeto, várias facetas: desdobramentos do Plano Agache em peças cartográficas urbanísticas do período 1928-1930”** - aspectos da história do urbanismo e do planejamento urbano brasileiros, com base na consulta aos projetos de embelezamento e de melhoramentos urbanos para a antiga capital federal, concebidos e implementados entre meados do século XIX e início do século XX. O autor destaca a produção de documentos cartográficos inéditos, concebidos a partir de levantamento aerofotogramétrico pré-existente, que orientaram os trabalhos coordenados pelo francês Alfred Agache. Descreve o contexto da contratação do serviço especializado e as etapas do plano urbanístico desenvolvido no final da década de 1930, que se valeu de documentos cartográficos, de tecnologia pioneira no país, possibilitando maior precisão na representação cadastral do território da antiga capital federal.

Camila Lacerda Couto e Natasha Duarte Amarante, no artigo **“Desafios do tratamento arquivístico de documentos de engenharia e arquitetura na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS)”**, constata que a consulta a essa documentação especializada não se restringe aos pesquisadores, mas que esse acesso tem se ampliado, abrangendo um público constituído por cidadãos em geral (pelo seu caráter probatório) e pelos usuários internos da Prefeitura (por questões administrativas). Considerando o contexto local, com originais em suporte papel e cópias microfilmadas sem instrumento de leitura, as autoras apresentam os novos procedimentos para a consulta remota aos processos de licenciamento de obras em edificações particulares, definidos no projeto “EPA Virtual”, que foram estabelecidos na rotina da Equipe de Protocolo e Arquivo (EPA) da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP), desde as restrições impostas pela pandemia de COVID-19. As autoras descrevem as ações para conservação preventiva e para digitalização dos documentos, destacando o financiamento obtido junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), que viabilizou o tratamento dos documentos e resultou em vários produtos. Dentre eles, destacam a alimentação de uma base de dados que tem dado celeridade às buscas no sítio eletrônico do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), por meio da plataforma Access to Memory (AtoM), e que tem fomentado a pesquisa acadêmica e a elaboração de inventário de edificações representativas do patrimônio edificado, organizado pelo Professor Günter Weimer.

O **sexto desafio** apresenta a comunicação das iniciativas de difusão cultural e ação educativa, por meio das atividades de extroversão do acervo, de modo a atingir diferentes públicos. Ana Carolina Gleria Lima, no artigo **“Da assinatura de processos a personagens: reconhecendo os profissionais da construção através de um acervo de projetos”**, apresenta os agentes construtores revelados através de pesquisa documental na série “Obras Particulares” do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), entre os anos de 1910 e 1933. Com o objetivo de construir novas abordagens historiográficas, a autora explora diversos documentos que permitem recuperar o contexto de produção de uma arquitetura de estética simplificada e produzida por profissionais desconhecidos da historiografia, mas muito representativa do patrimônio arquitetônico e cultural local. A identificação de profissionais estrangeiros já possibilitou desdobramentos

da pesquisa para projetos de difusão cultural, como a organização de palestras e exposições no interior do Estado de São Paulo.

Por fim, o **sétimo desafio** trata das possibilidades de pesquisa historiográfica e de intervenção no ambiente construído, embasadas em documentos de arquivo. O artigo de Ana Teresa Cirigliano Villela- **“Arquitetura, cidade e Sig-histórico: relato de uma experiência a partir dos documentos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto”** – faz a compatibilização de dados cadastrais históricos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, com as mais recentes ferramentas digitais de leitura espacial georreferenciada. Sua iniciativa traz como resultados parciais a elaboração de mapas temáticos, confeccionados com as tecnologias que, além de ampliar as perspectivas historiográficas sobre a cidade, podem instruir as intervenções no patrimônio edificado, considerando as pré-existências.

Todos esses sete desafios podem se referenciar no texto basilar escrito por Maygene Daniels nos anos 2000 – **“Arranjo arquivístico de documentos arquitetônicos”**, originalmente *“Arrangement of Architectural Records”* – que integra a publicação *“A Guide to Principles for the Archival Management of Architectural Records”*, da Seção de Arquivos de Arquitetura do Conselho Internacional de Arquivos (SAR-CIA). Com a devida autorização para tradução, feita por Márcia Beatriz Carneiro Aragão, o texto demonstra sua atualidade ao interpretar para os arquivos de arquitetura os princípios, conceitos e método de trabalho da Arquivística para a organização dos conjuntos documentais, tendo como base o princípio de proveniência e a ordem original. Assim, a autora oferece em seu artigo orientações essenciais para a elaboração de arranjo e organização dos conjuntos em fundos e séries documentais. Apresenta ainda questões práticas relacionadas a essa documentação, como a existência de fundos incompletos, dos desenhos dispersos, dos exemplares múltiplos, da variedade de formas e formatos, dos desafios da conservação dos suportes e do processo de organização dos acervos com características singulares.

Agradecemos aos técnicos e pesquisadores que enviaram artigos e relatos de experiência, pois é com esse compartilhamento que vamos conseguir avançar no debate e nas orientações para o tratamento arquivístico dessa documentação. Esperamos ter iniciado, com consistência, essa abordagem multidisciplinar aos acervos arquivísticos produzidos no exercício profissional da arquitetura, da engenharia, da cartografia e de áreas afins, que utilizam linguagem especializada e normatizada para a comunicação de seu conteúdo.

Boa leitura a tod@s!

Monica Frandi Ferreia
Noemi Andreza da Penha